

Ata nº 007/2026 da Reunião do Grupo de Criação do PROMEA – Realizada no dia 15 de setembro de 2026.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30 (quatorze horas e 30 minutos), na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araruama – SEMAM, situada na Rua Estados Unidos, S/Nº Parque Hotel, Araruama/RJ, realizou-se a Reunião do Grupo de Criação do Programa Municipal de Educação Ambiental - PROMEA. Estiveram presentes: a senhora **Márcia da Mota Iraçabal** e a Senhora **Ana Luiza Assaf Guimarães** representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araruama – SEMAM; o senhor **Higor Franceschi**, a senhora **Luísa Rieth Uber** e os professores a senhora **Cláudia Souza da Silva**, a senhora **Lorena do Lago Vieira Pereira**, a senhora **Josiane de Souza Campos**, o senhor **Marcos Vinícios Brailko**, o senhor **Antônio Mardo Marques** e a senhora **Jane Carla Viana** representando a Secretaria Municipal de Educação de Araruama – SEDUC; a senhora **Ingrid Augusto dos Santos**, o senhor **João Carlos Bezerra Barboza** e a senhora **Cláudia Amorim** representantes da Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SEPOL a senhora **Lillian Guedes Moreira** representando o Centro de Convivência da Saúde Mental, o senhor **Vinícios Ramos Moraes** representando a Secretaria de Agricultura; a senhora **Cristina Coutinho Verdan** representante da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil. A senhora **Márcia da Mota Iraçabal** iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e dando boas-vindas aos novos integrantes. Informou que a Ata nº 006/2026 havia sido previamente encaminhada aos participantes para leitura, conforme procedimento acordado na reunião anterior, com o objetivo de dar maior celeridade aos encontros. Submetida à apreciação dos membros que participaram da reunião anterior, a ata foi aprovada. Dando prosseguimento, iniciou-se a discussão acerca da metodologia a ser utilizada para a elaboração do PROMEA. Foi destacada a necessidade de estudar Programas Municipais de Educação Ambiental de outros municípios, especialmente de cidades da região, de modo a identificar estruturas, conteúdos e experiências que possam contribuir para a construção do documento de Araruama. Também foi ressaltado que o PROMEA possui estrutura orientada pelos Programas Estadual e Nacional de Educação Ambiental, devendo contemplar, entre outros elementos, apresentação, diagnóstico municipal, justificativa, princípios, diretrizes, objetivos gerais e específicos, público-alvo e linhas de ação. A senhora **Luísa Rieth Uber** esclareceu que o PROMEA deverá funcionar como instrumento orientador da política municipal de educação ambiental, não sendo destinado ao detalhamento dos projetos e atividades a serem executados. Tais projetos deverão integrar etapa posterior, por meio da elaboração do respectivo Plano de Ação. Assim, o PROMEA deverá estabelecer as bases, prioridades e caminhos da educação ambiental no Município, abrangendo a educação ambiental formal e não formal, a mobilização social e outras linhas de atuação. Foi analisado o documento-base previamente elaborado pela coordenação, sendo realizada leitura e discussão de seus princípios orientadores. Destacou-se que a educação ambiental no Município deverá ser compreendida como processo permanente, participativo, democrático, interdisciplinar, transversal e territorial, voltado à formação de cidadãos e coletividades capazes de compreender as relações entre sociedade e natureza, participar da gestão ambiental e contribuir para a construção de um município ambientalmente sustentável, socialmente justo e territorialmente resiliente. Durante a análise dos princípios, foram debatidos temas como direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; responsabilidade compartilhada entre Poder Público e sociedade; participação social; democracia e cidadania ambiental; justiça socioambiental; equidade e inclusão; respeito à diversidade cultural; valorização dos conhecimentos tradicionais e comunitários; interdisciplinaridade; articulação entre educação formal e não formal; transparência e acesso à informação; valorização do conhecimento científico e dos saberes locais; prevenção e precaução; sustentabilidade; responsabilidade intergeracional; biodiversidade; proteção dos recursos hídricos; reconhecimento das características territoriais de Araruama; direitos humanos; pluralidade de ideias e

integração entre políticas públicas. Em relação ao princípio da **prevenção e precaução**, discutiu-se a necessidade de tornar sua redação mais clara, evidenciando a importância da educação ambiental voltada à prevenção de impactos, riscos e problemas ambientais, privilegiando ações preventivas em lugar de intervenções exclusivamente reparadoras. Os participantes apresentaram diversas situações ambientais observadas no território municipal, especialmente relacionadas ao descarte irregular de resíduos, ausência ou insuficiência de coleta seletiva, presença de resíduos nas vias públicas, necessidade de conscientização da população, condições ambientais de áreas rurais e periféricas, utilização inadequada de agrotóxicos, saneamento, preservação da Lagoa de Araruama, proteção dos recursos hídricos e necessidade de fortalecimento das ações educativas nas comunidades. Foi ressaltada a importância da valorização dos conhecimentos tradicionais e comunitários, dos catadores e trabalhadores da reciclagem, bem como do incentivo a práticas ambientalmente sustentáveis e à participação das comunidades na identificação e discussão dos problemas socioambientais. Os representantes da Educação destacaram a necessidade de intensificar a educação ambiental no ambiente escolar, alcançando crianças, adolescentes, jovens e adultos, inclusive por meio da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Foram relatadas experiências desenvolvidas nas escolas envolvendo temas como descarte de resíduos, saneamento, saúde, uso de agrotóxicos, racismo ambiental, cidadania, trabalho e sustentabilidade. Também foi debatida a necessidade de envolver as famílias e as comunidades no processo educativo, reconhecendo-se que a transformação da cultura ambiental exige atuação contínua e de longo prazo. Ressaltou-se que o trabalho desenvolvido pelos professores deve estar associado a uma política pública institucional e intersetorial, permitindo que as ações tenham continuidade independentemente das mudanças de gestão. Nesse contexto, discutiu-se a possibilidade de ampliar a articulação entre as diversas Secretarias Municipais nas escolas e comunidades. A representante da SEPOL relatou a experiência do projeto **SEPOL no Seu Bairro**, realizado periodicamente em unidades escolares, envolvendo serviços da Política Social e parcerias com outros setores, como Saúde e Cartório, sendo sugerida a possibilidade de integração de ações ambientais a iniciativas dessa natureza. Foi abordada ainda a importância da participação da juventude nas políticas ambientais, tendo sido sugerida a criação ou incentivo a mecanismos de participação de jovens em atividades ambientais, grupos ou coletivos de sustentabilidade, observados os instrumentos legais pertinentes. Os participantes também discutiram os impactos provocados por eventos climáticos, especialmente períodos prolongados de chuva, alagamentos e suas consequências sobre a frequência escolar, a mobilidade e a qualidade de vida da população. A questão foi apontada como tema relevante para a educação ambiental, especialmente no âmbito da prevenção, resiliência territorial e articulação com a Defesa Civil. Durante os debates, foi ressaltado o conceito de integração entre saúde humana e saúde ambiental, reconhecendo-se que saneamento, resíduos, higiene, qualidade da água, condições ambientais e saúde da população são temas interdependentes e que podem ser trabalhados de forma articulada no âmbito da educação ambiental. Na sequência, procedeu-se à análise dos **objetivos do PROMEA**. Como objetivo geral, foi apresentada a proposta de estabelecer bases permanentes para a organização, integração, fortalecimento e desenvolvimento da educação ambiental no Município de Araruama, promovendo a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos e fortalecendo a capacidade da sociedade e do Poder Público para prevenção, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental. Entre os objetivos específicos analisados destacaram-se: integrar a educação ambiental às políticas públicas municipais; fortalecer a articulação entre as Secretarias Municipais; integrar as redes pública e privada de ensino às políticas ambientais; promover a participação social na gestão ambiental; estimular a formação continuada dos profissionais envolvidos com educação ambiental; fortalecer a educação ambiental formal e não formal; ampliar o acesso às informações ambientais; valorizar a produção científica e os conhecimentos locais; estimular a participação das comunidades na identificação e discussão dos problemas socioambientais; promover a cidadania ambiental; fortalecer a atuação dos conselhos municipais; estimular a cooperação entre Poder Público, instituições de ensino, empresas e sociedade civil; promover a integração regional da educação ambiental; desenvolver uma cultura de prevenção e responsabilidade socioambiental; incorporar a perspectiva das mudanças climáticas e da resiliência territorial; e promover a compreensão integrada das relações entre água, solo, vegetação, fauna,

ocupação urbana, saneamento, resíduos, saúde, economia e qualidade de vida. Durante a apreciação desses objetivos, observou-se que parte deles possui caráter geral, comum a outros Programas Municipais de Educação Ambiental, razão pela qual foi destacada a necessidade de incorporar ao documento elementos específicos da realidade territorial de Araruama. Também foi analisada a organização das **diretrizes e linhas de ação**, observando-se que alguns itens inicialmente classificados como diretrizes poderiam ser melhor enquadrados como linhas de ação. A comunicação ambiental foi mencionada como exemplo, sendo sugerida a adoção do conceito de **educomunicação**, compreendido como estratégia de comunicação com finalidade educativa. Foi reforçado que as linhas de ação deverão contemplar, entre outros aspectos, a educação ambiental no ensino formal, a educação ambiental não formal, a mobilização social, a formação de profissionais, a atuação junto ao Poder Público e servidores e as estratégias de comunicação e participação comunitária. Quanto à metodologia de construção do documento, foi proposta a utilização de ferramenta colaborativa digital, por meio de documento compartilhado, no qual os integrantes poderão realizar previamente leituras, sugestões e acréscimos ao texto-base. As propostas inseridas serão posteriormente apreciadas e debatidas coletivamente nas reuniões do Grupo, tornando os encontros mais objetivos e produtivos. Foi ressaltado, ainda, que a construção do PROMEA deverá assegurar ampla participação social e que, ao final do processo de elaboração, deverá ocorrer **audiência pública**, possibilitando à população conhecer o documento e apresentar contribuições. Destacou-se a importância de que o Programa represente uma política pública municipal e os interesses da população, e não apenas uma iniciativa vinculada a determinada gestão administrativa. Em seguida, foi abordado o **diagnóstico municipal da educação ambiental**. A senhora Luísa informou que o questionário elaborado no âmbito do PROMEA constitui importante fonte de informações sobre a situação da educação ambiental no Município e solicitou autorização para utilizar os dados referentes à área educacional na elaboração de relatório destinado a subsidiar o capítulo de educação ambiental do Plano Municipal de Educação. Não houve oposição à utilização dos dados, considerando-se que o levantamento possui caráter institucional e poderá contribuir tanto para o PROMEA quanto para o planejamento educacional municipal. Foi esclarecido que o diagnóstico do PROMEA deverá posteriormente consolidar as informações obtidas no levantamento realizado junto à população com os dados específicos da área educacional, permitindo a construção de panorama mais abrangente da educação ambiental no Município. Como encaminhamentos, ficou estabelecido que o documento-base será disponibilizado aos integrantes para leitura e análise; os participantes poderão apresentar sugestões de alterações e acréscimos; as propostas serão apreciadas coletivamente nos encontros subsequentes; deverá ser aprofundada a diferenciação entre princípios, diretrizes e linhas de ação; os objetivos deverão ser analisados considerando as especificidades ambientais e territoriais de Araruama; e os dados dos questionários serão utilizados na construção do diagnóstico consolidado do PROMEA. A Senhora Márcia agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, **João Carlos Bezerra Barboza**, Secretário desta reunião, lavrei a presente ata que, após lida, aprovada e assinada, será publicada.

Araruama, 15 de setembro de 2026.

Márcia Mota Iraçabal
Coordenadora – PROMEA
Matrícula: 19823-4

João Carlos Bezerra Barboza
Secretário PROMEA
Matrícula: 120.32.90-1